

Observações sobre o feminino e a condução de instituições

Este novo convite que *Calibán* me fez para escrever um editorial para o número dedicado ao tema do próximo congresso da Associação Psicanalítica Internacional (API) em Londres, “O feminino”, se torna uma oportunidade para refletir sobre ele, mas, além disso, sobre minha própria experiência ao me aproximar da metade do mandato desta administração.

Com um mulher ocupando pela primeira vez a Presidência da API, quis que o tema do feminino fizesse parte do Congresso, e depois de várias conversas, decidiu-se este título, que pode abrigar de uma forma mais inclusiva os alcances, os limites, o território e o estado atual deste tema.

O feminino não pode ser definido a partir de uma só perspectiva nem como uma oposição a um universal, é puro desdobramento de singularidades. Por outro lado, não se pode deixar de pensá-lo em relação ao contexto histórico-social de cada época.

No ano passado, aconteceu em Córdoba o 11º Congresso Argentino de Psicanálise e fui convidada, junto com Leticia Glocer, um artista plástico e uma escritora, para falar em um painel com o título: “Cenários do feminino”. Este convite me deu a oportunidade de pensar, em princípio, o feminino como um espaço de ação e, em uma segunda instância, na pluralidade destes espaços: o feminino como desdobrando-se em diferentes possibilidades matizadas, definidas e redefinidas pelo contexto histórico de cada cultura.

Por outra parte, a partir do momento em que fui eleita, há quatro anos já, me vi levada a considerar temas sobre os que não tinha o costume de pensar. Apenas para citar alguns: a condução, a autoridade, o poder, e quase sempre incluindo a perspectiva de gênero. Por isso mesmo, entendo oportuno e necessário me interrogar sobre o que implica conduzir uma instituição, em geral, e a API, em particular hoje, em uma época como a nossa que, como todas, tem seus problemas e desafios.

Desde o início, me impressionou o impacto que gerou o fato de – pela primeira vez – uma mulher ser eleita para conduzir esta associação fundada em 1910. Em entrevistas em jornais e na televisão, me perguntaram porque acreditava que até agora a API não tinha tido uma mulher como presidente. Ainda que não resulte simples ensaiar uma resposta geral, não posso deixar de considerar a lógica dominante nas sociedades e as configurações familiares modernas, nas que o homem era eixo e centro da vida pública. Neste contexto nasceu a psicanálise. Naquele momento, a divisão sexual do trabalho familiar estabelecia que a atividade política, institucional e pública era território (quase exclusivo) dos homens, e mais ainda a condução ou a direção nesses territórios. Desta forma, para os códigos hegemônicos da época vitoriana, resultava impensável que uma mulher conduzisse uma instituição, em geral, e a API, em particular. No contexto atual, uma perspectiva de gênero para esta análise se torna necessária.

Por outro lado, a condução de instituições como as nossas nos confronta com uma situação paradoxal: o saber específico que nos levou até ali e nos autoriza a conduzir uma organização é (muito) necessário, mas não suficiente, poderíamos dizer. Conduzir uma instituição, na escala que seja, também requer um saber político-institucional indispensável que tem múltiplas arestas.

Resulta evidente que, quando descrevemos este tipo de operações, não se trata de ações e decisões que pertencem ao terreno da clínica. Sem perder de vista a complexidade da clínica hoje, nela nos movemos comparativamente com

comodidade. Fomos formados para isso, mas não fomos treinados para o campo político-institucional. Neste sentido, há uma descontinuidade radical entre o que poderíamos chamar de o saber teórico-técnico-clínico e o da condução de uma instituição, inclusive uma vinculada ao psi.

Por outro lado, este déficit na formação político-institucional dos analistas convive com certo bom senso antinstitucional e antipolítico socialmente estendido, que questiona a atividade política e observa os políticos profissionais (mas também aqueles que decidem, participam e adquirem protagonismo nas instituições) com desconfiança.

Ao sublinhar este assunto, pretendo destacar dois grandes desafios para a formação dos analistas. Em um mundo em mutação como o que vivemos, além de repensar a clínica à luz das variações na subjetividade e nas formas de padecimento, é necessário ensinar uma psicanálise capaz de intervir em novos cenários, no consultório particular, mas também além dele. Para que isso ocorra, não *apenas* teremos que problematizar a clínica, mas também o olhar político-institucional dos analistas e de quem conduz as instituições psi.

O consultório é um dos territórios da psicanálise, mas não o único. Por isso mesmo, em lugar de se fechar em si mesma, a psicanálise deve se descentralizar. Talvez em uma suposta época dourada ou do *boom* da psicanálise, na que havia listas de espera de anos para conseguir um analista, era suficiente se refugiar nos consultórios. Mas estamos em outra etapa. Então, se pretendemos (e eu pretendo) que a psicanálise perdure e produza novos efeitos na cultura, deve se fertilizar em intercâmbios com outras disciplinas e em outros âmbitos. Foi assim que nasceu uma iniciativa que já está mostrando seus frutos: organizamos na API uma nova estrutura que recebe o nome de API na Comunidade e que inclui áreas como Educação, Saúde, Cultura, Lei, Violência e Organizações Humanitárias, e subcomitês como, por exemplo, o de Imigrações e Refugiados.

A ideia central é que, como psicanalistas, temos que reservar algo de nosso tempo para sair de nossos consultórios e instituições e ir à comunidade, e colaborar com os jovens profissionais que nas diferentes áreas trabalham enfrentando as difíceis problemáticas que o mundo atual nos propõe.

Devo dizer que nos impressionou a grande resposta à convocatória para uma série de prêmios que lançamos para projetos das diferentes áreas da API na Comunidade. Isso resultou em um tipo de mapeamento do trabalho feito pelos membros e os analistas em formação na comunidade. A América Latina tem uma longa tradição nestas práticas, e esta é uma forma de deixar uma marca de uma administração de nossa região; espero que continue se desenvolvendo ainda mais no futuro.

Se retomamos o assunto do *feminino*, uma pergunta que surge com frequência é se existem particularidades em relação ao gênero quando se trata de conduzir. Não pretendo responder esta enorme pergunta de forma geral, e então apelo a minha experiência, que talvez possa somar um ponto de vista. Nossa época não é a de princípios do século passado. A situação das mulheres em nossa profissão também não é representativa da maioria das mulheres. Ainda que seja certo que a API nunca antes foi conduzida por uma mulher, houve muitas mulheres à frente de sociedades componentes e regionais.

Isso não pode nos levar a negar o lugar vulnerável que teve, e ainda tem, a mulher em nossa sociedade. Sem ir muito longe, podemos mencionar que recebe menor salário pelo mesmo trabalho e qualificação, que tem menos possibilidades de ter acesso a posições estratégicas e de condução, ou que a “mentalidade machista” se espalha em nossos consultórios também e, muitas vezes, com mais força a partir de uma mulher. Esse último fato não deixa de me impressionar, e o observo muito, também em pacientes jovens.

Em novembro de 2018 fui convidada para fazer uma apresentação e participar de uma mesa redonda no congresso organizado pelo Comitê de Mulheres e Psicanálise

(Cowap, por suas siglas em inglês) em Los Angeles, Estados Unidos, com o título “Enfrentando a misoginia: A dialética entre o teto de cristal interno e externo”.

Este convite me levou a estudar o conceito de “teto de cristal”, criado pelas ciências sociais e, especificamente, pela economia feminista. O teto de cristal é uma limitação invisível devido à qual as mulheres se encontram com um obstáculo para conseguir ter acesso às mesmas posições que os homens. Não há uma razão explícita, está determinado pelas relações sociais, preconceitos subjetivos arraigados no inconsciente coletivo, que acompanhados de legislações concretas (como o fato de que não exista uma lei de paternidade, pelo menos em meu país) e evidências ontologicamente comprováveis (o fato de que as mulheres que ocupamos lugares de direção sejamos em menor número) resultam no círculo vicioso que se justifica a si mesmo: as mulheres não temos acesso a certos espaços porque “não está em nossa natureza”.

O teto de cristal é, vale a redundância, uma cristalização de uma assimetria social justificada de modo falacioso, que tem consequências tanto concretas como sociais, porque se arraigam particularmente na individualidade de cada sujeito como parte de seu sistema inconsciente de crenças. Aqui entramos no que nos interessa pensar como psicanalistas: o teto de cristal interno.

O teto de cristal tem mecanismos tão sutis que é constantemente absorvido por nossas subjetividades, gerando este segundo espaço de limitação, mas no cenário interno: nosso teto de cristal interno é a própria obturação do desejo, o pensamento de que há determinadas coisas que não podemos sequer desejar, ou a alteração de nosso próprio desejo para nos adaptarmos a um modelo hegemônico de mulher em estado de submissão.

Se retomamos o tema do começo sobre a dificuldade de pensar *o feminino* sem situar o tema só como oposição ao tão questionado binarismo, podemos situar a questão em um lugar de reapropriação do espaço de dissidência, dos cenários enormes no campo social. Ali, as individualidades desagregadas voltam a se unificar a partir das particularidades e tentam repensar a condição da mulher em nossa cultura: a convocatória cada vez mais massiva contra a violência de gênero como o “Nem uma a menos” e os debates no Congresso argentino em relação à despenalização do aborto. Estes dois são também cenários do *feminino*.

“Nem uma a menos” nasceu em 3 de junho de 2013 na Argentina como um grito coletivo contra a mais abominável forma de violência contra a mulher: o feminicídio. Este movimento continuou a se expandir para fora das fronteiras e criou uma nova forma de expressão do feminismo na atualidade.

Por outro lado, em meu país em 2018 os debates sobre a legalização do aborto precedidos por dois meses de debates no Congresso mobilizaram um milhão de pessoas na fria noite do dia 3 de junho, em uma vigília de 23 horas, até que se conheceu o resultado positivo por uma pequena diferença.

A lei passou com meia sanção ao Senado, e depois de outra vigília, desta vez com dois milhões de pessoas em uma noite fria e chuvosa de inverno, o projeto foi rejeitado por uma diferença muito pequena. De toda forma, estes dois eventos levaram ao nascimento de uma nova maneira de fazer política. Não se volta atrás depois desta poderosa força de mobilização liderada por mulheres que conseguiram trazer à luz um enorme problema de saúde pública. Para concluir, espero que as apresentações (que serão mais de seiscentas) e os debates que vamos ter no próximo Congresso Internacional da API em Londres, de 24 a 27 de julho deste ano, nos tragam novas contribuições e questionamentos em um clima de abertura e respeito pelas diferenças.

Virginia Ungar

Presidente da Associação Psicanalítica Internacional